

229 - General de Exército Olympio Mourão Filho

Dados Biográficos

Nascimento - 09 de maio de 1900, em Diamantina - MG.

Filiação - Olympio Júlio de Oliveira Mourão e de Mariana Correia Rabelo Mourão.

Formação e atividades principais - Iniciou seus estudos no Colégio Diocesano de sua cidade natal, mas acabou sendo expulso desse estabelecimento de ensino. Iniciou um curso de Engenharia em Belo Horizonte, interrompendo-o para se matricular, em abril de 1918, na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro. Concluiu o curso em abril de 1921, sendo declarado Aspirante a Oficial da Arma de Infantaria e designado para o 12º Regimento de Infantaria (12º RI), em Belo Horizonte. Promovido a Segundo-Tenente no mês seguinte, em 1922 passou a servir no 14º Batalhão de Caçadores (14º BC), em Florianópolis, retornando depois ao 12º RI. Em outubro do mesmo ano passou a Primeiro-Tenente e, de 1923 a 1925, serviu novamente no 14º BC. Nesse período participou em São Paulo da repressão à Revolta de 05 de julho de 1924, movimento tenentista deflagrado também em Sergipe e no Amazonas, mas rapidamente debelado nesses dois Estados.

Aluno da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no Rio de Janeiro, em 1926, voltou a servir no 14º BC em 1927 e 1928. De volta ao Rio, cursou, entre 1928 e 1930, a Escola de Estado-Maior, encontrando-se na capital federal quando foi deflagrada a Revolução de 1930. Promovido a Capitão em agosto de 1931, iniciando no mesmo ano estágio no Estado-Maior da 1ª Região Militar (1ª RM), no Rio de Janeiro. Entre julho e setembro de 1932, participou da repressão à Revolução Constitucionalista, movimento armado de oposição ao Governo Provisório deflagrado em São Paulo.

No final de 1932 ingressou na Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de inspiração fascista fundado por Plínio Salgado em outubro daquele ano. Segundo o próprio Mourão, sua adesão à AIB foi motivada pela infiltração comunista no Exército, que teria constatado ao servir em

Florianópolis. Em dezembro de 1933, quando o integralismo já começava a alcançar projeção nacional, integrou um grupo de propaganda da AIB que percorreu Minas Gerais acompanhando Plínio Salgado, chefe nacional da organização, Olbiano de Melo e Gustavo Barroso. Ainda em 1933, permanecendo ligado à 1ª RM, foi designado para servir na Estrada de Ferro Central do Brasil como comissário de ligação entre os Ministérios da Guerra e da Viação, função que exerceria até 1936.

A estrutura organizativa da AIB foi estabelecida em fevereiro de 1934. Um dos setores então constituídos foi o Departamento Nacional de Milícia, confiado a Gustavo Barroso, ficando Mourão Filho na chefia do seu Estado-Maior. Com os conhecimentos adquiridos na Escola de Estado-Maior, organizou a milícia integralista nos moldes do Exército, imprimindo-lhe uma estrutura paramilitar. Em março de 1936, a AIB sofreu uma reestruturação objetivando organizar-se como partido político, visando disputar eleições presidenciais fixadas para janeiro de 1938, lançando candidato Plínio Salgado.

Paralelamente à atuação política que desenvolvia na AIB, em sua carreira militar, foi Subcomandante no 14º BC, em Florianópolis, em 1936 a abril de 1937. Em julho desse ano passou a integrar a Câmara dos Quatrocentos, órgão consultivo da chefia nacional da AIB, que procurava incorporar personalidades das diversas "províncias" integralistas.

Em meados de 1937, quando chefiava o serviço secreto da AIB e servia no Estado-Maior do Exército, elaborou um documento que ficaria conhecido como Plano Cohen, redigido após uma conversa mantida com Plínio Salgado, no início de agosto. O candidato da AIB à Presidência da República, temendo que a movimentação em torno de sua campanha afastasse os integralistas da verdadeira luta, a de deter o avanço comunista, julgando que os boletins informativos internos da organização - elaborados por Mourão e outros integralistas - deveriam ser utilizados para reconduzir seus membros à luta central. Mourão Filho incumbiu-se da elaboração do Boletim de Informatização nº 4, cujo capítulo II deveria conter dados sobre táticas de guerrilha e revolução dos comunistas. Em depoimento transcrito no Jornal "*O Globo*", Mourão declarou, que para tornar o texto mais interessante, resolvera simular um plano de ação, o que daria maior realismo ao tema. Seu escrito foi inspirado num artigo da publicação francesa *Revue des Deux Mondes*, que descrevia o processo da efêmera tomada do poder pelos comunistas, logo após o término da Primeira Guerra Mundial. Em sua transposição desse artigo para o boletim da AIB, descrevera, numa primeira parte, como se daria o suposto golpe comunista, dedicando uma segunda ao contra-ataque a ser realizado pelos

integralistas. Afirmou, ainda, que escrevera o texto na sede da AIB, tendo vários datilógrafos se ocupado de sua preparação. Ao final do escrito assinara o nome Bela Kun, em seguida, lembrando-se que um dos líderes integralistas chamava Bela Kun de Bela Cohen, riscou o sobrenome Kun e escreveu Cohen; não entendendo a emenda, o datilógrafo conservou apenas o nome Cohen.

No final de agosto o texto foi submetido a Plínio Salgado, que o desaprovou, julgando-o demasiadamente fantasioso. Mourão Filho guardou uma cópia e, posteriormente, mostrou-a ao General Álvaro Guilherme Mariante, então Ministro do Superior Tribunal Militar. Recebendo de Mariante a sugestão de mostrar o texto ao General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército (EME), recusou-se a fazê-lo, ponderando que este não tinha qualquer ligação com os integralistas, para quem o documento fora produzido. Mas deixou a cópia com o General Mariante e só a recobrou dias depois, após ter solicitado a devolução.

Em meados de setembro, Francisco Campos - secretário de Educação da Prefeitura do Distrito Federal - revelou a Plínio Salgado que o governo estava de posse de um plano comunista para a tomada do poder e solicitou a colaboração dos integralistas na preparação de um golpe de Estado. Quando informado dos acontecimentos, Mourão Filho suspeitou que o plano em questão era o de sua autoria, e que estaria sendo utilizado pela cúpula governamental como pretexto para a concretização do referido golpe. Mais tarde foi informado pelo Major Aginaldo Caiado de Castro da existência de um plano comunista que fora liberado pelo EME ao conhecimento dos oficiais, reconhecendo o seu documento, procurou o General Mariante, que negou ter emprestado a cópia a Góes Monteiro; dirigiu-se então ao Gabinete deste último que, segundo seu depoimento, ordenou-lhe que se mantivesse calado.

Esse documento, cuja autoria foi atribuída pelo governo ao Komintern - a III Internacional Comunista, organismo dirigido pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS) com o propósito de promover a revolução em escala mundial - foi lido durante vários dias na emissão radiofônica oficial Hora do Brasil.

Plínio Salgado reconheceu o texto, não desmentiu a notícia referente ao plano divulgada pelo EME, temendo desmoralizar a única força organizada capaz de combater o comunismo. No dia 1º de outubro, o presidente Getúlio Vargas pediu ao Congresso a decretação do estado de guerra com base em exposição de motivos feita pelo Ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares. Apesar dos protestos dos oposicionistas, o Congresso acatou o pedido de decretação do estado de guerra, sem

exigir do Executivo as provas que dizia possuir da iminente ameaça comunista.

A divulgação do plano - sem o desmentido dos integralistas, cujo chefe estava comprometido com o golpe - foi a justificativa oferecida à Nação para a implantação do Estado Novo, no dia 10 de novembro seguinte. O novo regime suprimiu todos os órgãos legislativos do país e suspendeu as eleições presidenciais; no dia 3 de dezembro os partidos políticos foram extintos por decreto e a AIB - que, para surpresa dos integralistas, não foi excluída da medida - foi obrigada a assumir outra feição, convertendo-se na Associação Brasileira de Cultura.

Ainda em dezembro, Mourão Filho foi promovido a Major, sendo designado Adjunto-Comissário da rede militar nº 1 da Estrada de Ferro Central do Brasil, permanecendo até 1938. Apesar das ligações que tivera com a AIB, não participou do levante deflagrado em maio de 1938 sob a liderança dos integralistas, com apoio dos oposicionistas liberais, sentindo-se traído por Vargas, visavam com o levante a deposição do presidente. O principal episódio da revolta foi o assalto ao Palácio Guanabara, residência da República, no qual, apesar da precária resistência legalista, os rebeldes foram contidos em poucas horas.

Entre 1938 e 1939, Mourão Filho foi Subcomandante do 7º Regimento de Infantaria, sediado em Santa Maria - RS. Nesse último ano passou a Comandante do 14º BC, em Florianópolis, de 1939 a 1943 serviu no EME. Promovido a Tenente-Coronel em abril de 1943, foi designado Comandante do 15º BC em Curitiba, transferido em janeiro de 1944, para a Chefia do Gabinete da Diretoria de Recrutamento, no Rio de Janeiro. Em fevereiro de 1945, partiu para a Itália, integrando o 5º Escalão da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que participou da Segunda Guerra Mundial ao lado das Nações aliadas. No teatro de operações, foi designado chefe da 3ª Seção do Depósito de Pessoal, instalado em Staffoli. Em maio, terminando o conflito, retornou ao Brasil. Do final de 1945 até 1947, chefiou a 16ª Circunscrição de Recrutamento, em Florianópolis. Nesse último ano e no seguinte serviu no Departamento Geral de Administração, no Rio de Janeiro. Em março de 1948 foi promovido a Coronel.

Comandante do 19º RI, sediado em São Leopoldo - RS, entre 1949 e 1950, assumiu nesse último ano a chefia do Escritório Comercial do Brasil em Montevideú, permanecendo até o ano seguinte. De 1951 a 1952 comandou o 11º RI, em São João Del Rei - MG, e em 1953, voltou a servir no Departamento Geral de Administração. Desse ano a 1955 chefiou a 11ª Circunscrição de Recrutamento em Belo Horizonte.

Ao longo de 1955, o Plano Cohen voltou à cena.

O General Góes Monteiro, no livro "*O General Góes depõe*", acusava Mourão Filho formalmente, e pela primeira vez, de ser o autor do documento que provocara a instauração do Estado Novo. Sentindo-se envolvido tendenciosamente pelo General, requereu ao Exército a formação de um Conselho de Justificação para se defender da acusação, tendo sido absolvido. Ainda em 1955 até 1956, serviu na Diretoria Geral do Serviço Militar, no Rio de Janeiro. Em março de 1956, recebeu a patente de General de Brigada e comandou a Infantaria Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria, em Belo Horizonte, até 1957. Diretor da Assistência Social do Exército de 1957 a 1961, acumulou esse cargo de Comissão Técnica de Rádio do Ministério da Viação e Obras. Nessa função que exerceu durante o governo JK, foi o responsável pela execução da proibição de acesso ao rádio e à televisão do Deputado Carlos Lacerda. Ainda ocupando esse cargo, presidiu a delegação brasileira à reunião da Comissão de Rádio-Comunicações, realizada em Genebra, Suíça. Foi exonerado do Ministério em fevereiro de 1961, logo após a posse de Jânio Quadros na Presidência da República.

Em fins de 1961 Mourão Filho foi nomeado Comandante da 3ª Divisão de Infantaria, em Santa Maria - RS, e ali entrou em contato com civis e militares que articulavam no Estado um movimento para afastar do poder o Presidente da República João Goulart, que assumira o cargo sob o regime parlamentarista, após a renúncia de Jânio Quadros (25.08.1961).

Em janeiro de 1962 começaram as discussões sobre as linhas de ação para a luta contra o governo Goulart e foram fixadas as etapas a serem cumpridas: a meta seria a vitória dos adversários do Presidente, de modo a garantir o maior número possível de Deputados empenhados na luta por sua deposição.

Promovido a General de Divisão em março de 1962, continuou com as negociações articulando-se com todos aqueles que julgava apoiar tal empreitada.

Em março de 1963, Mourão foi transferido para o Comando da 2ª Região Militar, em São Paulo. Passou então a buscar contatos com os elementos que conspiravam no Estado.

Embora suas concepções divergissem daquelas do chamado IPES/IBADE (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática), Mourão era considerado, por esse grupo, um indivíduo dotado de grande potencial revolucionário, ainda que de temperamento impulsivo. Enquanto Mourão Filho se transformava no chefe ostensivo da conspiração civil-militar em São Paulo, o General Sebastião Dalísio Menna Barreto era seu principal coordenador entre os civis.

Não concordando com os pontos de vista políticos e sócio-econômicos de Mourão, as lideranças do IPES articularam formas de conter seus anseios de liderança e restringiram suas atividades junto aos militares, retirando o apoio que ele recebia de ativistas em São Paulo, como também a ajuda financeira, reduzindo assim a eficácia de suas articulações militares. Só mais tarde Mourão veio a saber que o responsável por esse boicote fora o Tenente-Coronel Rubens Restel, do IPES, procurando solapar o seu prestígio como conspirador militar entre os companheiros oficiais e empresários.

De acordo com as informações fornecidas pela Central Intelligence Agency (CIA), serviço de espionagem norte-americano, ao Departamento de Estados dos Estados Unidos da América, publicados anos mais tarde no "*Jornal do Brasil*", em abril de 1963 o General Mourão Filho teria afirmado que o golpe contra Goulart ocorreria dentro de 30 dias. Mourão acreditava, que além do apoio interno fechado, o governo norte-americano forneceria parte do equipamento necessário à rebelião.

Segundo o mesmo relatório da CIA, Mourão contava com o apoio de importantes unidades militares; informava também que o movimento armado teria, na sua concepção, uma série de objetivos, dentre eles: derrubada de João Goulart; posse de um Presidente interino, da confiança dos rebeldes; afastar do Congresso extremistas de esquerda e os comunistas; reconduzir a política externa do Brasil à orientação pró-Occidente. Ainda segundo o relatório, no dia 28 de abril Mourão Filho teve um encontro com os Almirantes Sílvio Heck e Mário Cavalcanti, que concordaram em cancelar o seu próprio movimento e juntar-se ao dele. Entretanto, por não se encontrarem as articulações amadurecidas e solidificadas, o golpe contra Goulart acabou não ocorrendo dentro do prazo previsto por Mourão.

Em agosto de 1963, Mourão Filho foi inesperadamente transferido para o Comando da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria do I Exército, ambas sediadas em Juiz de Fora - MG. Essa transferência segundo Dreifuss, foi um golpe para os conspiradores ligados ao complexo IPES/IBAD, que temiam que a ida de Mourão acarretasse uma perda de controle de suas articulações naquele Estado.

Em setembro de 1963 Mourão e o General Carlos Luís Guedes - Comandante da Infantaria Divisionária (ID/4) da 4ª RM, sediada em Belo Horizonte -, tiveram uma reunião com o Governador Magalhães Pinto, na qual foi discutida a formação do Estado-Maior Revolucionário em Minas

Gerais. Em seguida, Mourão e Guedes começaram a estabelecer contatos para as operações. Segundo Dreifuss, o Estado-Maior de Mourão em Minas foi composto, majoritariamente, por elementos ligados ao General Costa e Silva e, com algumas exceções, seriam aqueles que tinham a tarefa de solapar o prestígio de Mourão Filho junto aos jovens oficiais, estabelecendo uma situação idêntica à de São Paulo, tentando enfraquecer a autoridade de Mourão, ao mesmo tempo em que tentavam incorporá-lo ao seu movimento.

A partir de 13 de março de 1964 - quando se realizou um grande comício popular na Estação da Central do Brasil, no Rio, no qual Goulart assinou dois decretos, o de nacionalização das refinarias de petróleo particulares e o de desapropriação de terras situadas às margens de obras públicas, para efeito de reforma agrária - intensificaram-se os preparativos do golpe. A conspiração contra o Presidente passou a contar com maior colaboração dos setores militares mais moderados.

A conspiração militar tomou vulto no dia 20 de março, quando o General Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, expediu um memorando aos seus subordinados, denunciando a possibilidade de fechamento do Congresso por Goulart e da implantação de um regime de esquerda radical. No dia 28, no Aeroporto de Juiz de Fora, Mourão participou de uma reunião com vários militares e civis, com a finalidade de marcar o dia da revolução. Entre outros detalhes, ficou resolvido que a data para o início da revolução seria o dia 31 de março e que ficaria a cargo de Magalhães mandar uma cópia do manifesto a Mourão, com menção taxativa à deposição de Goulart. No dia 30 de março começaram a ser acionadas as primeiras operações e no dia 31, entre 4 e 5h da manhã, Mourão Filho, antecipando-se à hora pré-determinada para a ação, deu início ao movimento em Minas Gerais. Ocupou a estação telefônica de Juiz de Fora e iniciou os contatos. Por volta das 18h, Goulart foi informado dos acontecimentos; na manhã de 1º de abril voou para Brasília, onde esperava oferecer resistência, mas a situação também não lhe foi favorável. À noite Goulart partiu para Porto Alegre, e, em Brasília, o Presidente do Senado, declarou vaga a Presidência da República e empossou no cargo Pascoal Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados. O poder, de fato, todavia, passou a ser exercido pelo autodenominado Comando Supremo da Revolução; as tropas comandadas por Mourão Filho chegaram à Guanabara.

Promovido a General de Exército em abril de 1964, participou da solenidade de posse do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco na Presidência da República.

Em pouco tempo começou a se distanciar do novo governo, descontente com as medidas tomadas

por Castelo Branco e sua equipe. Fez muitas críticas ao governo como também ao sucessor de Castelo, Marechal Artur da Costa e Silva.

A seu ver, os males da política brasileira, antes ou depois de 1964, não se deveram somente à sucessão de militares no poder ou às suas deficiências pessoais enquanto governantes, mas ao próprio sistema presidencialista que, enfeixando nas mãos do Presidente uma grande soma de poderes, "transforma o Executivo em poder maior e anula a independência dos outros dois, perturbando a harmonia".

Em dezembro de 1971 - dois anos após a sua aposentadoria - quando se encontrava em tratamento na Casa de Saúde Doutor Eiras, teve um encontro com o historiador Hélio Silva, a quem confiou os originais de seu livro de memórias - "*A verdade de um revolucionário*" tendo por tema os preparativos e o desenrolar do movimento político-militar de março de 1964 - pedindo que o publicasse.

Quase 6 anos após a sua morte, em abril de 1978, Hélio Silva anunciou a próxima publicação do manuscrito que Mourão Filho lhe confiara, sob o título "*Memórias: a verdade de um revolucionário*". Alguns jornais publicaram trechos das memórias, o que deu origem a uma grande polêmica, inclusive, de colocar em dúvida a autoria dos textos divulgados, observando que, se realmente os tinha escrito, o General "deveria encontrar-se privado de serenidade e de senso-comum, ou frustrado nos seus interesses com o desfecho que tomou o movimento de março de 1964".

Em agosto de 1978, sua filha, Laurita Lourdes Linhares Mourão Irazabal, residente no exterior, retornou ao Brasil e requereu medida cautelar de busca e apreensão do livro de seu pai, que já estava editado. Pretendia obter a nulidade da doação e da cessão de direitos autorais ao historiador. Em fevereiro de 1979, após intensa luta na Justiça, amplamente divulgada pela imprensa, o livro teve por fim liberada sua circulação.

Condecorações - Recebeu várias, dentre as quais: Medalha da Força Expedicionária Brasileira; Medalha de Esforço de Guerra; Medalha Militar de Ouro; Medalha do Pacificador; Ordem do Mérito Jurídico Militar - grau "Alta Distinção"; Medalha da Abolição; Medalha Marechal Cândido Mariano Rondon; Ordem do Mérito de Recife; Medalha do Mérito de Pernambuco; Medalha do II Congresso Brasileiro de Medicina Militar; Ordem do Mérito da Inconfidência - grau "Grande Oficial"; Ordem do Mérito da Cruzada Brasileira Ante-Comunista; Medalha Martim Afonso de Souza (Instituto

Histórico e Geográfico de São Paulo; Medalha Dona Maria Leopoldina (Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo).

Atividades no STM - Nomeado Ministro do Superior Tribunal Militar pelo decreto de 09 de setembro de 1964, tomando posse em 30 do mesmo mês e ano. Eleito Presidente do STM para o biênio de 1967-1969, tomou posse em 17 de março de 1967.

Na sua gestão entraram em vigor o Regimento Interno, aprovado em Sessão de 21 de agosto de 1967 (DO III-GB, 16 de outubro de 1967); o Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado em Sessão de 31 de agosto de 1967 (DO III-GB, 16 de outubro 1967); a Ordem do Mérito Jurídico Militar criada em Sessão de 12 de junho de 1957, cujo Regulamento foi alterado, criando-se mais uma categoria - Grã-Cruz - e mudança da denominação para "*Ordem do Mérito Judiciário Militar*"; foi aprovado o aumento da competência do Tribunal em face do art. 122 e seus §§ da Constituição de 1967 e do Decreto-lei 314, de 13 de março de 1967 (LSN) e conseqüente aumento de processos. Pela Portaria MJ/90-B de 11 de maio 1967, foi indicado Presidente da Comissão para elaboração do Código de Processo Penal Militar.

Trabalhos publicados - Em vida Mourão Filho publicou: "*Um ano de instrução no corpo de tropa de infantaria*" e "*Elementos de teoria de tráfego urbano e sua aplicação na cidade do Rio de Janeiro*". Seis anos após a sua morte o historiador Hélio Silva publicou um manuscrito que Mourão lhe confiara sob o título "*Memórias: a verdade de um revolucionário*", publicado postumamente.

Aposentou-se em 03 de maio de 1969.

Foi casado com Almira Linhares Mourão, com quem teve duas filhas. Em segundas núpcias casou-se com Maria Tavares Bastos, com quem teve três filhos.

Falecimento - 28 de maio de 1972, no Rio de Janeiro - RJ.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELOCH, Israel (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 3., p. 2314-18.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento. **Coletânea de informações: Olympio Mourão Filho**. Brasília, DF, 2019. Arquivos disponíveis na Seção de Museu.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. **Regulamento da Ordem do Mérito Judiciário Militar: aprovado em Sessão de 18 de dezembro de 1967, com alterações em 11 de janeiro de 1968, 12 de julho de 1971, 14 de junho de 1972 e 12 de julho de 1972**. DO III GB, 20 de setembro de 1972. p. 15-066-68.

CUNHA, Luiz Cláudio. Memórias de um conspirador obstinado. **COOJORNAL**, n. 27, abr. 1978. p. 15-21.

MEMÓRIAS de Mourão Filho são liberadas. **Jornal de Brasília**, 02 de fevereiro de 1979. 1. cad., p. 5.

MOURÃO FILHO: a Revolução não teve chefes. **O Estado de São Paulo**, 16 de abril de 1978, 1. cad., p. 8.

REVELAÇÕES inquietam políticos e militares. **Folha de São Paulo**, 15 de abril de 1978, 1. cad., p. 8.